

Greve atrasa agenda do Congresso

Protásio Nêne/AE

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Mesmo parcial, a greve dos servidores do Congresso tumultuou ontem o funcionamento dos plenários do Senado e da Câmara, parou elevadores, desligou a energia dos gabinetes dos parlamentares e adiou para data indeterminada o depoimento do ex-ministro do Trabalho e Previdência Social Antônio Rogério Magri à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura o envolvimento de autoridades do governo em suborno.

Os funcionários do Congresso resolveram parar suas atividades por 24 horas na tentativa de pressionar o presidente da Câmara, deputado Íbsen Pinheiro (PMDB-RS), a pagar as Unidades de Referência de Preços (URPs) dos meses de abril a junho e de agosto a outubro de 1988 e de fevereiro a dezembro de 1989, devidas pelo Plano Bresser, baixado em junho de 1987. O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), autorizou em janeiro o pagamento de 30% das diferenças salariais referentes ao não pagamento das URPs. O presidente da Câmara, porém, não autorizou nem isso. Os funcionários voltam a fazer assembléia hoje, às 14 horas, para decidir se continuam o movimento.

Íbsen recusa-se a pagar a URP sob a alegação de que é um assunto que está em apreciação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os funcionários recorreram ao STF, ganharam a liminar, mas houve recurso da Câmara. Agora Íbsen aguarda a decisão final do STF, para saber se paga ou não a URP que, acumulada, corresponde a cerca de 2,6 salários atuais do servidor. No entanto, não haverá aumento automático no contra-cheque, pois os vencimentos atuais já estão corrigidos. Também os deputados e senadores que atuaram entre 88 e 89 têm direito à diferença salarial, que representa, para cada um, cerca de Crs 31 milhões.

Manifestação — Aos gritos de "Íbsen Pinheiro, eu quero meu dinheiro", cerca de 500 servidores do Congresso ocuparam o salão verde da Câmara logo de manhã. À tarde, eles tentaram impedir a entrada de de-



Esforço concentrado

Funcionários discutem no Congresso: paralisação impede depoimento de Magri

putados nas dependências da Casa, sentando-se na porta do plenário, paralisando elevadores e formando corredor polonês. Depois foram para as galerias, de onde viajavam ou aplaudiam os oradores.

Às pressas, Íbsen convocou os líderes de todos os partidos para uma reunião em seu gabinete. Ao final, disse que formou uma comissão que vai negociar com o Supremo a rápida apreciação do recurso contra o pagamento das URPs.

À exceção do deputado Paulo Delgado (PT-MG), os outros parlamentares foram solidá-

rios com os servidores da Câmara. Delgado ocupou o microfone para dizer que os funcionários não tinham o direito de fazer passeatas dentro do Congresso Nacional e os aconselhou a se dirigir ao STF, para fazer o protesto. Delgado criticou o Sindicato dos Servidores do Legislativo, chamando-o de "sindicato de marajás". Recebeu muitas vaias. Em seguida, falando em nome do PT, o deputado Chico Vigilante (DF) defendeu o pagamento da URP.

O deputado Sarney Filho (PFL-MA) acabou se envol-

vido numa discussão particular com seu adversário Haroldo Sabóia (PDT-MA) por causa da URP. Foi à tribuna e propôs que, para ajudar os servidores, os deputados abrissem mão dos Crs 31 milhões a que têm direito. Imediatamente, Sabóia pegou o microfone para lembrar que o Plano Bresser ocorreu durante o governo de José Sarney, pai de Sarney Filho. O parlamentar não gostou, voltou ao microfone e afirmou que falava como deputado e, como tal, não iria fazer críticas a respeito do pai de Haroldo Sabóia.

09 ABR 1992

ESTADO DE SÃO PAULO